

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais).

1 Contexto operacional

A Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos ou “Dimed” e suas controladas (conjuntamente) a “Companhia”, sediada em Eldorado do Sul / RS, tem como atividades básicas o comércio de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos. Para suportar suas vendas, a Dimed conta com centros de distribuição nos Estados do Rio Grande do Sul e Espírito Santo, além de 399 lojas distribuídas entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e São Paulo.

A controladora é uma sociedade anônima listada na **B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO** (“PNVL3”, “PNVL4”).

O Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda., empresa controlada, atua no segmento industrial, produzindo uma vasta gama de produtos nos segmentos de cosméticos, alimentos, medicamentos e terceirização de produção. A Empresa é responsável pela maior parte da produção da linha de produtos da marca própria da rede de farmácias da Dimed.

A controlada Dimesul Gestão Imobiliária Ltda. tem por objetivo a compra, venda, intermediação, loteamento, arrendamento, aluguel, gestão e administração de imóveis próprios ou de terceiros, com vistas a centralizar e otimizar a administração dos imóveis da Dimed.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2018.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão relacionadas nos subitens descritos abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração das demonstrações financeiras

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de determinadas estimativas contábeis que afetam os saldos das contas patrimoniais e de resultado, assim como o exercício de julgamento por parte dos membros da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Dimed. Os reflexos mais significativos nas rubricas contábeis que envolvem o uso de estimativas ou que requerem julgamentos de maior complexidade estão divulgados na Nota 3.

a. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidos pelo International Accounting Standards Board.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

b. Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Consolidação

a. Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Controladas

Controladas são as entidades na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. As controladas são totalmente consolidadas, sendo incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas as empresas Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda. e Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.

Das transações realizadas entre as empresas controladas e a controladora, os saldos das contas, as receitas e despesas decorrentes destas transações, bem como os correspondentes lucros, são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Dimed.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, sendo de responsabilidade deste as principais decisões estratégicas da Dimed.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Dimed classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis e ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Dimed compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 7), "Contas a receber de clientes" (Nota 8) e "Demais contas a receber".

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Dimed e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a Dimed tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no "resultado financeiro".

A Dimed avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo ou grupo de ativos financeiros. A análise para evidenciar se há *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.6.4.

2.6.3 *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Dimed reportou no balanço patrimonial o valor líquido da compensação dos valores de aportes de fornecedores registrados originalmente no passivo, onde são registrados os recebimentos de verbas através de depósito, descontos ou bonificações com a conta corrente de verbas registrado no ativo, onde são registrados os títulos emitidos contra os fornecedores, o valor líquido foi registrado no ativo na linha “Demais contas a receber”.

2.6.4 *Impairment de ativos financeiros*

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. São adotados os seguintes critérios para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment*:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;

Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Inicialmente a Dimed realiza análise para verificar se existe evidência objetiva de *impairment*, em caso positivo, o montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Dimed pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Dimed. As contas a receber de clientes na sua totalidade possuem curto prazo de recebimento, não possuindo caráter de financiamento e são consistentes com as práticas de mercado, sendo classificados no ativo circulante e, por não representar ajustes significativos ou relevantes nas demonstrações financeiras, não são trazidas a valor presente.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para devedores de liquidação duvidosa (*impairment*), pela provisão de encargos de cartão de crédito e descontos financeiros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda, se necessária.

2.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o preço de mercado ou valor líquido de realização, incluindo as provisões para cobrir eventuais perdas, quando consideradas como necessárias pela Administração.

2.9 Imobilizado

Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear e levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens e seu valor residual. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, no fim de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos ou seus valores reavaliados a valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota 13.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.10 Intangível

Os ativos intangíveis são representados pela locação de ponto comercial, marcas e patentes e direito de uso de *softwares*. Os valores registrados como ponto comercial são os desembolsos iniciais realizados pela Dimed para obter a cessão de uso de determinado estabelecimento onde ficará localizada a filial. São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada calculadas pelo método linear com base na vida útil econômica conforme descrito na Nota 14.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Dimed tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Dimed tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvidas, sendo analisada a natureza de cada risco, com base no parecer dos advogados da Dimed, atualizados nas datas de balanços. Os valores provisionados por natureza dos riscos estão descritos na Nota 23.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa temporal do dinheiro e de riscos específicos na obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação a todas as diferenças temporárias tributáveis, de forma que seja reconhecido sobre as diferenças que resultarão em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia e que geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.15 Benefícios a empregados

a. Participação nos lucros

A Companhia remunera seus colaboradores através do programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), onde são estabelecidas metas específicas do negócio, tendo como variáveis metas de vendas, rentabilidade dos produtos, despesas operacionais e lucro antes do Imposto de Renda. Esta remuneração é reconhecida como um passivo e uma despesa (como vendas ou administrativa) de participação nos resultados quando as metas pré-estabelecidas forem atingidas.

b. Outros benefícios a empregados

Além da remuneração fixa concedida aos empregados e administradores (salários, contribuições previdenciárias, FGTS, 13º salário e férias), são disponibilizados plano de saúde privado, auxílio farmácia e auxílio creche, sendo registrados no resultado do exercício com base em regime de competência, à medida que ocorreram.

2.16 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, caso ocorram, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O valor pago pela Dimed na aquisição de ações em tesouraria, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Dimed até que as ações sejam canceladas.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Dimed. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Dimed.

A Dimed reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades. A Dimed baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a. Venda de mercadorias

As receitas de vendas de mercadorias realizadas diretamente aos seus clientes ou através de seus centros de distribuição são reconhecidas quando os valores de venda sejam mensuráveis de forma confiável, quando os custos incorridos em relação à transação sejam mensuráveis de forma confiável, que seja provável que os benefícios econômicos serão recebidos e que os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

b. Prestação de serviços

A Dimed presta serviços de venda de recarga de créditos para celular, aplicação de injeção e aferição de pressão aos seus clientes. A receita é reconhecida através do regime de competência.

c. Ressarcimento com aportes

São classificados como “Outras receitas operacionais, liquidas” os valores ressarcidos pelos fornecedores de custos com locação de espaços, verbas promocionais e despesas com propaganda e publicidade, sendo que o prazo médio de ressarcimento é de 30 a 60 dias. Este ressarcimento é reconhecido no momento de seu recebimento, pois não reúnem as condições necessárias quando são realizadas as vendas pela Companhia.

d. Operador logístico

A Dimed também presta serviços de operador logístico, gerenciando e executando todas as atividades logísticas, para atendimento do abastecimento de redes varejistas, quando estas adquirem mercadorias diretamente da indústria farmacêutica.

e. *Receita financeira*

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras da Dimed usualmente derivam de aplicações em que a taxa efetiva de juros está vinculada principalmente à variação do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários).

2.18 Arrendamento mercantil

Financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Dimed os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Tais contratos são caracterizados como arrendamento mercantil financeiro, sendo os ativos adquiridos através destes registrados no imobilizado pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Estes ativos são depreciados pelas taxas mencionadas na Nota 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Operacional

Os contratos de locação de unidades comerciais da Dimed são classificados como arrendamentos mercantis operacionais, cujos custos são reconhecidos ao resultado do exercício como despesa operacional, conforme descrito na Nota 35.

2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Dimed é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Dimed ao final do exercício, com base na legislação societária e Estatuto Social da Dimed, sendo que estes preveem que no mínimo 25% do lucro líquido do exercício social sejam distribuídos como dividendos. Os valores excedentes a este limite são destacados na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio excedente” no Patrimônio líquido, conforme demonstrado na Nota 26. Os juros sobre o capital próprio são computados aos dividendos do período conforme previsto no Artigo 24 do Estatuto Social da Dimed. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.20 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações, emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2016 e não foram adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada.

Excluindo-se a contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Para contabilidade de hedge, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções.

A Companhia vem analisando os impactos na adoção e não espera alterações relevantes na

IFRS 15/CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada.

A Companhia realizou avaliação preliminar dos impactos das novas normas, e não identificou impactos relevantes.

IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais - Incentivos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento.

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A Administração está em processo de avaliação dos impactos, principalmente relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros (Nota 35). Trata-se de uma norma que requer uma avaliação criteriosa e controles apropriados para a definição dos contratos que se qualificam como arrendamento. Dada a complexidade da aplicação da norma e, até que seja adotada, poderá haver mudanças nas conclusões.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, diversas estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, avaliação das vidas úteis do ativo imobilizado, programa de fidelidade, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. As estimativas consideradas pela Administração como mais críticas, podendo trazer efeitos significativos nos saldos contábeis, estão descritas a seguir:

a. Provisão para perdas no estoque

A provisão para perdas no estoque é estimada baseada nos estoques das lojas e centros de distribuição cujos prazos de vencimentos estejam próximos ao término da validade, sendo considerado suficiente pela Administração frente ao risco da perda destes estoques.

b. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As estimativas para a realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa são baseadas em controles por faixas de vencimentos, onde são considerados como risco de inadimplência através da análise individualizada por clientes.

c. Provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas

As estimativas para a constituição das provisões de contingências são analisadas pela Administração com base na opinião dos advogados da Companhia, onde são considerados fatores como a hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. A realização destas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados contabilmente dependendo do desfecho de cada processo judicial ou administrativo.

d. Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

As informações referentes a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na nota explicativa nº 4.1 "a" Análise de sensibilidade.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela Controladoria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Controladoria, através do Departamento de Tesouraria, identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece os princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a. Risco de mercado

Risco de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo e do excedente de caixa investido em papéis pós-fixados, como CDBs. Os empréstimos tomados e investimentos às taxas variáveis expõem a Dimed ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e investimentos emitidos às taxas fixas expõem a Dimed ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante o quarto trimestre de 2017 e 2016, os empréstimos e investimentos da Dimed às taxas variáveis e fixas eram mantidos em Reais.

A Dimed analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos alternativos, bem como novas possibilidades de investimento do excedente de caixa. Com base nesses cenários, a Dimed define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos e os ativos que representam as principais posições com juros.

Análise de sensibilidade

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade das taxas de juros nos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando período de 12 meses, seguido de dois outros cenários, sendo o cenário II uma possível variação de 25% nas taxas de juros e o cenário III uma variação de 50% nas taxas de juros, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08.

Índices	Operação	Cenário Provável (Cenário I)	Cenário II (variação 25%)	Cenário III (variação 50%)
CDI - %		6,75	8,44	10,97
TJLP - %		7,00	8,75	11,38
	Aplicações financeiras - renda fixa	3.183	3.979	5.172
	Financiamentos	11.076	13.845	18.007

b. Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes pessoas jurídicas e pessoas físicas, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades classificadas com *rating* mínimo "A" ou que possuam operações de reciprocidade com a Companhia. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente, através de reuniões semanais e sistemas eletrônicos. As vendas para clientes das filiais de varejo são liquidadas em dinheiro, cheque, convênios ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

c. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada corporativamente através do Departamento de Tesouraria, com base em informações fornecidas pelas unidades operacionais e pelo Departamento de Compras. A Tesouraria monitora as previsões de exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não ultrapasse os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais, por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para a administração do capital circulante, é administrado pelo departamento de tesouraria, que investe o excesso de caixa em contas correntes, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do relatório, a Companhia mantinha fundos de curto prazo de R\$ 47.150 (R\$ 11.849 em 2016) que se espera, gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores	266.572	266.572	-	-
Financiamento BNDES Finame	505	381	60	64
Arrendamento Mercantil	139	60	79	-
Itaú Financiamentos	16.684	16.684	-	-
Debênture - Banco Bradesco	185.984	31.373	32.785	121.826
Total	469.884	315.070	32.924	121.890

	Controladora			
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores	250.882	250.882	-	-
Financiamento BNDES Finame	1.690	1.105	278	307
Financiamento BNDES Finem	31.613	8.447	4.391	18.775
Arrendamento Mercantil	856	717	139	-
Capital de Giro - Badesul	2.694	2.694	-	-
Debênture - Banco Bradesco	88.795	18.652	13.955	56.188
Total	376.530	282.497	18.763	75.270

	Consolidado			
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores	262.539	262.539	-	-
Financiamento BNDES Finame	666	501	80	85
Arrendamento Mercantil	139	60	79	-
Itaú Financiamentos	16.684	16.684	-	-
Debênture - Banco Bradesco	185.984	31.373	32.785	121.826
Total	466.012	311.157	32.944	121.911

	Consolidado			
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores	250.242	250.242	-	-
Financiamento BNDES Finame	2.000	1.228	367	405
Financiamento BNDES Finem	31.613	8.447	4.391	18.775
Arrendamento Mercantil	856	717	139	-
Capital de Giro - Badesul	2.694	2.694	-	-
Debênture - Banco Bradesco	88.795	18.652	13.955	56.188
Total	376.200	281.980	18.852	75.368

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

A Companhia tem como estratégia de negócio manter sua alavancagem financeira em patamares baixos. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Total dos empréstimos (Nota 18)	158.078	87.703	158.232	87.973
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(50.020)</u>	<u>(21.903)</u>	<u>(58.792)</u>	<u>(22.340)</u>
Dívida líquida	<u>108.058</u>	<u>65.800</u>	<u>99.440</u>	<u>65.633</u>
Total do patrimônio líquido	<u>426.747</u>	<u>381.650</u>	<u>426.747</u>	<u>381.650</u>
Total do capital	<u>534.805</u>	<u>447.450</u>	<u>526.187</u>	<u>447.283</u>
Índice de alavancagem financeira - %	20,20	14,71	18,90	14,67

5 Instrumentos financeiros por categoria

Segue abaixo tabela de classificação dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	<u>Empréstimos e Recebíveis</u>		<u>Empréstimos e Recebíveis</u>	
	2017	2016	2017	2016
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	50.020	21.903	58.792	22.340
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	<u>230.217</u>	<u>196.812</u>	<u>233.201</u>	<u>199.902</u>
	<u>280.237</u>	<u>218.715</u>	<u>291.993</u>	<u>222.242</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Outros passivos financeiros</u>		<u>Outros passivos financeiros</u>	
	2017	2016	2017	2016
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Fornecedores	266.572	250.882	262.539	250.242
Empréstimos e financiamentos	158.078	87.703	158.232	87.973
Obrigações por arrendamento mercantil	139	856	139	856
	<u>424.789</u>	<u>339.441</u>	<u>420.910</u>	<u>339.071</u>

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes e outras contas a receber, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos e financiamentos da Controladora e do Consolidado, em 31 de dezembro de 2017, era, respectivamente de, R\$ 141.820 e R\$ 141.962, calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos e pode ser comparado com o valor contábil de R\$ 158.078 e R\$ 158.232.

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017	2016	2017	2016
Contas a receber de clientes				
Grupo 1	117.713	91.816	117.713	91.816
Grupo 2	40.329	53.238	42.863	55.665
Grupo 3	30.531	29.335	30.531	29.335
Total de contas a receber de clientes	<u>188.573</u>	<u>174.389</u>	<u>191.107</u>	<u>176.816</u>

- **Grupo 1** - créditos a receber de administradoras de cartão de crédito.
- **Grupo 2** - clientes existentes sem inadimplência nos últimos 12 meses.
- **Grupo 3** - clientes existentes com algumas inadimplências nos últimos 12 meses, sendo que as inadimplências foram totalmente recuperadas.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017	2016	2017	2016
Taxa média (a.a. %)				
Recursos em caixa (filiais do varejo)	- 4.183	2.925	4.184	2.926
Depósitos bancários de curto prazo	- 7.138	7.295	7.458	7.565
Aplicações financeiras - renda fixa (*)	4,39 38.699	11.683	47.150	11.849
	<u>50.020</u>	<u>21.903</u>	<u>58.792</u>	<u>22.340</u>

(*) As informações sobre a liquidez dos fundos de renda fixa estão detalhados na Nota 4.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contas a receber de clientes	78.684	91.229	81.218	93.656
Contas a receber de cartão crédito	117.713	91.816	117.713	91.816
Menos provisão para encargos financeiros e taxa de cartão de crédito	(1.067)	(1.067)	(1.067)	(1.067)
Menos provisão para PCLD de contas a receber de clientes	(3.606)	(1.961)	(3.624)	(1.977)
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>191.724</u>	<u>180.017</u>	<u>194.240</u>	<u>182.428</u>

A composição de contas a receber de clientes por vencimento:

	2017	2016
Até 30 dias	114.103	102.866
31 a 60 dias	43.939	42.188
61 a 90 dias	13.923	15.188
91 a 120 dias	8.881	6.756
121 a 150 dias	4.295	4.101
151 a 180 dias	1.934	1.799
Mais de 180 dias	<u>1.498</u>	<u>1.491</u>
	<u>188.573</u>	<u>174.389</u>
Vencidos		
Até 30 dias	2.190	3.758
31 a 90 dias	947	1.418
Acima de 90 dias	<u>4.687</u>	<u>3.480</u>
	<u>7.824</u>	<u>8.656</u>
Provisão para encargos financeiros e taxa de cartão de crédito	(1.067)	(1.067)
Provisão para crédito de devedores duvidosos	<u>(3.606)</u>	<u>(1.961)</u>
Total Controladora	<u>191.724</u>	<u>180.017</u>
Contas a receber clientes (Lifar) – A vencer	1.937	1.982
Contas a receber clientes (Lifar) - Vencidos	597	399
Contas a receber clientes (Dimesul) – A vencer	-	46
Provisão para crédito de devedores duvidosos	<u>(18)</u>	<u>(16)</u>
Total Consolidado	<u>194.240</u>	<u>182.428</u>

As movimentações da provisão para *impairment* de contas a receber estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo do início do exercício	(1.961)	(3.216)	(1.977)	(3.226)
Complemento de provisão	(2.223)	(1.026)	(2.242)	(1.036)
Valores baixados da provisão	<u>578</u>	<u>2.281</u>	<u>595</u>	<u>2.285</u>
	<u>(3.606)</u>	<u>(1.961)</u>	<u>(3.624)</u>	<u>(1.977)</u>

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas de vendas". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

As outras classes de contas a receber de clientes e demais não contêm ativos *impaired*.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Mercadorias para revenda	389.631	346.685	391.353	348.428
Produtos prontos	-	-	2.648	3.394
Matérias primas	-	-	1.712	2.123
Materiais de consumo/almoxxarifado	3.243	3.054	3.326	3.109
(-)Provisão para perdas nos estoques	(357)	-	(363)	(17)
	392.517	349.739	398.676	357.037

O custo dos estoques reconhecidos no resultado da Dimed totalizou o montante de R\$ 1.717.945 na controladora e R\$ 1.721.736 no Consolidado em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.610.765 na controladora e R\$ 1.608.447 no consolidado em 31 de dezembro de 2016), conforme Nota 29.

Provisão para perdas nos estoque:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	-	(1.218)	(17)	(1.233)
Complemento de provisão	(927)	(763)	(1.044)	(859)
Valores baixados da provisão	570	1.981	698	2.075
Saldo final do exercício	(357)	-	(363)	(17)

10 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda - pessoa jurídica - IRPJ	7.103	4.274	7.307	4.928
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	3.747	2.951	3.835	3.093
	10.850	7.225	11.142	8.021

11 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
Circulante	2017	2016	2017	2016
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	491	573	584	675
Programa de Integração Social - PIS	417	395	417	395
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.981	1.879	1.981	1.879
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	191	191	191	191
Imposto sobre produto industrializado - IPI	-	-	41	-
	3.080	3.038	3.214	3.140
Não Circulante				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	1.475	1.719	1.475	1.719
	1.475	1.719	1.475	1.719

12 Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas estão demonstrados a seguir:

31 de dezembro de 2017									
	Capital Social	Quotas possuídas (unidade)	% participação	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Exercício	Saldo inicial em 1º de janeiro	Resultado da Equivalência	Dividendos recebidos	Total do investimento
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda.	500	499.999	99,99%	20.888	1.914	18.071	1.966	-	20.037
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	8.978	19.999	99,99%	19.242	4.063	22.981	4.063	(7.803)	19.241
						41.052	6.029	(7.803)	39.278
31 de dezembro de 2016									
	Capital Social	Quotas possuídas (unidade)	% participação	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Exercício	Saldo inicial em 1º de janeiro	Resultado da Equivalência	Dividendos recebidos	Total do Investimento
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda.	500	499.999	99,99%	19.975	2.626	15.620	2.451	-	18.071
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	8.978	19.999	99,99%	22.981	2.950	22.131	2.950	(2.100)	22.981
						37.751	5.401	(2.100)	41.052

13 Imobilizado

a. Síntese da movimentação do ativo imobilizado da controladora

Controladora	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Benfeitorias	Total
Em 31 de dezembro de 2016								
Saldo Inicial	66.834	23.606	15.667	30.556	13.387	2.973	30.601	183.624
Aquisições	19	2.710	2.911	11.298	6.478	-	6.792	30.208
Baixas	(923)	(1.716)	(485)	(1.258)	(509)	(39)	(418)	(5.348)
Depreciações	(1.015)	(1.614)	(2.063)	(4.507)	(4.495)	(391)	(2.696)	(16.781)
Transferências	-	(5)	-	5	-	-	-	-
Saldo contábil líquido	64.915	22.981	16.030	36.094	14.861	2.543	34.279	191.703
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2016								
Custo	67.725	27.685	27.271	57.944	34.933	4.642	49.051	269.251
Depreciação acumulada	(2.810)	(4.704)	(11.241)	(21.850)	(20.072)	(2.099)	(14.772)	(77.548)
Saldo contábil líquido	64.915	22.981	16.030	36.094	14.861	2.543	34.279	191.703
Em 31 de dezembro de 2017								
Saldo Inicial	64.915	22.981	16.030	36.094	14.861	2.543	34.279	191.703
Aquisições	-	1.999	3.280	18.863	3.975	-	4.174	32.291
Baixas	(173)	(1.565)	(266)	(831)	(195)	(2.220)	(475)	(5.725)
Depreciações	(1.004)	(1.668)	(2.267)	(6.010)	(4.981)	(287)	(3.045)	(19.262)
Saldo contábil líquido	63.738	21.747	16.777	48.116	13.660	36	34.933	199.007
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2017								
Custo	67.541	27.764	29.756	74.955	37.870	823	52.439	291.148
Depreciação acumulada	(3.803)	(6.017)	(12.979)	(26.839)	(24.210)	(787)	(17.506)	(92.141)
Saldo contábil líquido	63.738	21.747	16.777	48.116	13.660	36	34.933	199.007

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de depreciação do imobilizado, as quais são revisadas anualmente:

	Taxa média depreciação (% a.a.)	
	2017	2016
Imóveis	1,7	1,7
Máquinas e equipamentos	6	6
Móveis e utensílios	9	9
Instalações	10	10
Computadores e periféricos	25	25
Veículos	20	20
Benfeitorias	7	7

b. Síntese da movimentação do ativo imobilizado do consolidado

Consolidado	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Benfeitorias	Total
Em 31 de dezembro de 2016								
Saldo Inicial	72.354	25.248	15.812	32.683	13.440	2.995	31.375	193.907
Aquisições	47	3.210	2.938	11.907	6.505	11	6.799	31.417
Baixas	(2.483)	(1.720)	(485)	(1.258)	(510)	(40)	(417)	(6.913)
Depreciações	(1.093)	(1.828)	(2.087)	(4.793)	(4.530)	(406)	(2.766)	(17.503)
Transferências	-	(5)	-	5	-	-	-	-
Saldo contábil líquido	68.825	24.905	16.178	38.544	14.905	2.560	34.991	200.908
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2016								
Custo	75.389	31.622	27.743	61.258	35.275	4.720	51.518	287.525
Depreciação acumulada	(6.564)	(6.717)	(11.565)	(22.714)	(20.370)	(2.160)	(16.527)	(86.617)
Saldo contábil líquido	68.825	24.905	16.178	38.544	14.905	2.560	34.991	200.908
Em 31 de dezembro de 2017								
Saldo Inicial	68.825	24.905	16.178	38.544	14.905	2.560	34.991	200.908
Aquisições	4	2.649	3.304	19.079	4.003	-	4.197	33.236
Baixas	(210)	(1.565)	(267)	(832)	(193)	(2.220)	(474)	(5.761)
Depreciações	(1.045)	(1.909)	(2.295)	(6.334)	(5.008)	(297)	(3.128)	(20.016)
Transferências	(697)	2	-	(2)	-	-	697	-
Saldo contábil líquido	66.877	24.082	16.920	50.455	13.707	43	36.283	208.367
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2017								
Custo	74.376	32.354	30.251	78.481	38.239	901	55.705	310.307
Depreciação acumulada	(7.499)	(8.272)	(13.331)	(28.026)	(24.532)	(858)	(19.422)	(101.940)
Saldo contábil líquido	66.877	24.082	16.920	50.455	13.707	43	36.283	208.367

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de depreciação do imobilizado, as quais são revisadas anualmente:

	Taxa média depreciação (% a.a.)	
	2017	2016
Imóveis	1,7	1,7
Máquinas e equipamentos	6	6
Móveis e utensílios	9	9
Instalações	10	10
Computadores e periféricos	25	25
Veículos	20	20
Benfeitorias	7	7

14 Intangível

a. Síntese da movimentação do ativo intangível da controladora

Controladora	Locação de ponto comercial	Software	Marcas e fórmulas	Total
Em 31 de dezembro de 2016				
Saldo Inicial	3.581	7.412	348	11.341
Aquisições	265	5.844	-	6.109
Baixas	-	(7)	-	(7)
Amortizações	(864)	(1.911)	-	(2.775)
Saldo contábil líquido	2.982	11.338	348	14.668
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2016				
Custo	17.696	19.813	361	37.870
Amortização acumulada	(14.714)	(8.475)	(13)	(23.202)
Saldo contábil líquido	2.982	11.338	348	14.668
Em 31 de dezembro de 2017				
Saldo Inicial	2.982	11.338	348	14.668
Aquisições	1.276	8.706	-	9.982
Baixas	(8)	(93)	-	(101)
Amortizações	(988)	(2.986)	-	(3.974)
Saldo contábil líquido	3.262	16.965	348	20.575
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2017				
Custo	18.727	28.429	361	47.517
Amortização acumulada	(15.465)	(11.464)	(13)	(26.942)
Saldo contábil líquido	3.262	16.965	348	20.575

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de amortização do intangível, as quais são revisadas anualmente:

	Taxa média amortização (% a.a.)	
	2017	2016
Locação de ponto comercial	25	25
<i>Software</i>	18	18
Marcas e fórmulas	10	10

b. Síntese da movimentação do ativo intangível do consolidado

Consolidado	Locação de ponto comercial	Software	Marcas e fórmulas	Total
Em 31 de dezembro de 2016				
Saldo Inicial	3.581	7.452	353	11.386
Aquisições	265	5.952	-	6.217
Baixas	-	(7)	-	(7)
Amortizações	(864)	(1.929)	(4)	(2.797)
Saldo contábil líquido	2.982	11.468	349	14.799
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2016				
Custo	17.696	19.992	513	38.201
Amortização acumulada	(14.714)	(8.524)	(164)	(23.402)
Saldo contábil líquido	2.982	11.468	349	14.799
Em 31 de dezembro de 2017				
Saldo Inicial	2.982	11.468	349	14.799
Aquisições	1.276	8.735	-	10.011
Baixas	(8)	(93)	-	(101)
Amortizações	(988)	(3.021)	(1)	(4.010)
Saldo contábil líquido	3.262	17.089	348	20.699
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2017				
Custo	18.727	28.637	513	47.877
Amortização acumulada	(15.465)	(11.548)	(165)	(27.178)
Saldo contábil líquido	3.262	17.089	348	20.699

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de amortização do intangível, as quais são revisadas anualmente:

		Taxa média amortização (% a.a.)	
		2017	2016
Locação de ponto comercial		25	25
Software		18	18
Marcas e fórmulas		10	10

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Adições temporárias				
Provisão para perdas em estoque	357	-	364	17
Provisão para indenizações trabalhistas	5.492	4.586	5.828	4.625
Provisão para riscos cíveis	120	1.606	120	1.606
Provisão tributária	202	403	202	477
Provisão taxa cartão crédito e encargos financeiros	1.067	1.067	1.067	1.067
Receita diferida programa Fidelidade	4.046	3.953	4.046	3.953
Provisão para ajuste de valor de mercado em investimentos	176	176	176	176
Provisão dissídio	540	250	540	250
Provisão Honorários	1.228	-	1.228	-
Total base de cálculo	13.228	12.041	13.571	12.171
Imposto de renda à alíquota 25%	3.307	3.010	3.394	3.042
Contribuição social à alíquota 9%	1.191	1.083	1.222	1.095
Total impostos diferidos ativos	4.498	4.093	4.616	4.137
Exclusões temporárias				
Reversão de provisão para créditos liquidação duvidosa	227	1.299	222	1.299
Ajustes decorrentes de arrendamento mercantil	2.048	1.598	2.048	1.598
Total base de cálculo	2.275	2.897	2.270	2.897
Imposto de renda à alíquota 25%	569	724	569	724
Contribuição social à alíquota 9%	205	261	205	261
Total impostos diferidos passivos	774	985	774	985
Total impostos diferidos líquidos	3.724	3.108	3.842	3.152

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia e considerando a realização histórica dos ativos e passivos que originaram o saldo do imposto de renda e contribuição social, estima-se o seguinte cronograma de realização:

	2017		2016	
	Ativo		Ativo	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2017	1.924	1.712	2016	1.989
2018	392	349	2017	405
2019	392	349	2018	405
2020	392	349	2019	405
2021	392	349	2020	405
	3.492	3.108	3.609	3.152

16 Conciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	72.040	69.240	73.945	72.712
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(24.493)	(23.542)	(25.142)	(24.722)
Participação dos administradores - não dedutíveis	(1.645)	(854)	(1.645)	(854)
Outras despesas não dedutíveis	(297)	(358)	(302)	(403)
Receita com reduções de multa e juros Refis Lei 12.996				
Resultado de equivalência patrimonial	2.050	1.836	-	-
Juros sobre o capital próprio - benefício	5.948	5.610	5.948	5.610
Incentivos fiscais - Cultura - benefício	250	417	250	417
Incentivos fiscais - PAT - benefício	234	278	234	278
Incentivos fiscais - subvenção p/investimentos	5.687	408	5.687	408
Reversão do efeito da tributação lucro real na controlada cuja tributação é feita com base no lucro presumido	-	-	1.724	1.896
Tributação pelo regime de lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas para base de cálculo	-	-	(1.009)	(2.628)
Incentivos fiscais - inovação tecnológica - benefício	-	-	60	297
Efeito parcela isenta do adicional 10% IR - benefício	24	24	48	48
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(12.242)	(16.181)	(14.147)	(19.653)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(12.332)	(14.730)	(14.282)	(18.226)
Imposto de renda e contribuição social diferido	90	(1.451)	135	(1.427)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(12.242)	(16.181)	(14.147)	(19.653)

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores nacionais	261.808	248.229	262.539	250.242
Fornecedores partes relacionadas	4.764	2.653	-	-
Total	266.572	250.882	262.539	250.242

18 Empréstimos e financiamentos

		Controladora		Consolidado	
Intervalo de Taxas (% a.a.)		2017	2016	2017	2016
BNDES Finame	3,00% a TJLP + 3,40%	480	1.531	634	1.801
BNDES Finem	TJ462 + 3,55% a Selic + 4,55%	-	21.313	-	21.313
Capital de Giro - Badesul	CDI + 2,00%	-	2.500	-	2.500
Itaú Financiamentos	CDI + 1,91%	15.832	-	15.832	-
Debênture - Banco Bradesco	108% CDI	141.766	62.359	141.766	62.359
		158.078	87.703	158.232	87.973
Circulante		45.968	28.661	46.085	28.778
Não circulante		112.110	59.042	112.147	59.195

Os contratos de empréstimo em vigor possuem cláusulas de vencimento antecipado, cujas mais relevantes encontram-se descritas a seguir:

- Inadimplemento das dívidas e/ou outros contratos com as instituições financeiras fornecedoras de crédito;
- Execução de medida judicial ou extrajudicial que possa afetar a capacidade de pagamento da Dimed;
- Transferência da dívida para terceiros, sem a anuência da instituição financeira fornecedora de crédito;
- Alterações no objeto social da Dimed ou alteração do controle societário sem que a instituição financeira manifeste, formalmente, sua anuência e manutenção dos convênios.

As garantias apresentadas para os financiamentos com o BNDES resumem-se a:

BNDES Automático: notas promissórias assinadas pela Dimed nos valores dos recursos tomados;

BNDES Finame: notas promissórias assinadas pela Dimed nos valores dos recursos tomados e alienação fiduciária dos bens financiados em favor do banco;

BNDES Finem: aval dos sócios e hipoteca de terreno;

Debênture - Banco Bradesco: Recebíveis de cartão de crédito.

Os saldos de empréstimos e financiamentos apresentados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão apresentados pelo custo amortizado.

A abertura por data de liquidação dos respectivos empréstimos e financiamentos encontra-se na nota explicativa 4.1 (c) Risco de liquidez.

Tais transações ocorreram através de moeda corrente nacional.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia está em *Compliance* com todas as cláusulas restritivas em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

19 Impostos, taxas e contribuições a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2015	2017	2016
Obrigações Sociais				
INSS a recolher	6.151	5.849	6.265	5.964
FGTS a recolher	1.914	1.829	1.944	1.863
Outras obrigações	87	69	87	69
Total	8.152	7.747	8.296	7.896

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Obrigações Fiscais				
IRPJ	-	-	234	238
CSLL	-	-	112	139
PIS	144	53	180	82
COFINS	667	249	834	387
IRRF	2.713	2.714	2.741	2.745
ICMS	12.591	12.845	14.215	13.961
Outras obrigações	222	175	391	254
Total	16.337	16.036	18.707	17.806

20 Participações a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Gratificações diretoria	3.444	3.209	3.443	3.209
Participação lucro funcionários	3.601	7.052	3.712	7.371
Total	7.045	10.261	7.155	10.580

21 Programa Fidelidade

A Companhia possui um programa de fidelidade chamado Fidelidade Panvel, onde são pontuadas as compras realizadas nas lojas da rede de Farmácias Panvel, pela tele-entrega “Alô Panvel” e/ou pelo site www.panvel.com.br. O critério de pontuação é que cada R\$1,00 (um real) em compras equivale a (dois) pontos, sendo que em 31 de dezembro de 2017 cada ponto corresponde a R\$ 0,003 (R\$ 0,003 em 31 de dezembro de 2016). Os pontos recebidos poderão ser trocados por produtos de perfumaria em todas as compras em qualquer loja própria da rede. O prazo de validade dos pontos é de um ano subsequente ao da compra, sendo zerados no último dia do mês.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da receita diferida no Programa de Fidelidade é de R\$ 4.046 (R\$ 3.953 em 31 de dezembro de 2016) sendo classificado integralmente no curto prazo.

22 Obrigações por arrendamento mercantil

A Companhia possui obrigações originadas de contrato de arrendamento mercantil de equipamentos (central telefônica e *Storage*), sendo que o bem deverá ser adquirido no final do contrato pelo valor residual.

Em análise realizada pela Companhia este contrato foi classificado como arrendamento mercantil financeiro, sendo registrado como ativo imobilizado pelo custo histórico.

As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária do bem arrendado.

	Controladora e Consolidado		
	Menos de um ano	De um a dois anos	Total
Em 31 de dezembro de 2016			
Arrendamento mercantil	717	139	856
Em 31 de dezembro de 2017			
Arrendamento mercantil	60	79	139

23 Provisões

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, em processos administrativos e judiciais. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

Os processos que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são considerados como perdas possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão apresentados a seguir. Os processos considerados como perdas prováveis estão provisionados.

Abaixo segue quadro das ações que estão provisionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Cíveis	120	1.606	120	1.606
Trabalhistas	5.492	4.585	5.828	4.625
Tributárias	203	403	203	477
Não circulante	5.815	6.594	6.151	6.708
Depósitos judiciais	9.495	8.820	10.040	9.072

As movimentações das provisões para as ações cíveis, trabalhistas e tributárias estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Cíveis				
Saldo no início do exercício	1.606	1.606	1.606	1.606
Novas provisões	192	300	192	300
Baixa por pagamento	(41)	-	(41)	-
Reversão	(1.637)	(300)	(1.637)	(300)
Saldo final	120	1.606	120	1.606

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Trabalhistas				
Saldo no início do exercício	4.585	4.879	4.625	4.919
Novas provisões	3.026	753	3.322	1.081
Baixa por pagamento	(694)	(1.008)	(694)	(1.336)
Reversão	(1.425)	(39)	(1.425)	(39)
Saldo final	5.492	4.585	5.828	4.625

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Tributárias				
Saldo no início do exercício	403	508	477	508
Novas provisões	27	700	27	780
Baixa por pagamento	-	(66)	-	(66)
Reversão	(227)	(739)	(301)	(745)
Saldo final	203	403	203	477

a. Cíveis

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2017, 37 ações judiciais de natureza cível consideradas possíveis, cujo valor estimado é de R\$ 6.245.

b. Trabalhistas

Nas provisões trabalhistas podemos destacar que as ações mais recorrentes nestes processos são por questionamentos de horas extras e diferenças salariais. A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2017, 127 ações de natureza trabalhista com risco possível, cujo valor estimado é de R\$ 3.224.

c. Tributárias

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2017, 2 ações de natureza tributária consideradas possíveis, cujo valor estimado é de R\$ 1.126.

24 Receitas diferidas - Subvenção/Investimentos

A Companhia recebeu em dezembro de 2011, a doação de área pública na zona urbana do município de Eldorado do Sul/RS, com metragem de 50.000 metros quadrados, destinado à construção das instalações de um novo Centro de Distribuição. Com base nas orientações do CPC 07, esta subvenção recebida foi classificada como ativo não monetário, tendo como base de registro contábil seu valor justo, tendo como reconhecimento inicial o valor de R\$ 5.026 no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2011. Com base nesse critério, o reconhecimento dessa subvenção se deu em contrapartida em conta de passivo, de forma temporária, considerando que os benefícios econômicos ficam postergados para o momento de sua utilização e ainda vinculados ao cumprimento das obrigações expressas na Lei Municipal nº 3.067 de 13 de dezembro de 2011. Os principais compromissos assumidos com o município são: o retorno do ICMS, a ser verificado a partir do início das atividades, a contratação de 270 postos de trabalhos diretos e 25 postos indiretos e a transferência de licenciamento da sua frota de veículos. Ao fim do período de 5 (cinco) anos, caso seja verificado que não houve retorno por parte da Companhia, deverá ser recolhido o montante do valor total dos incentivos concedidos aos cofres públicos do município atualizados pelo índice IPCA (IBGE).

No 2º trimestre de 2014, foi complementada a doação de área pública neste município, com a metragem de 10.000 metros quadrados, registrado neste período pelo seu valor justo correspondente a R\$ 1.000 no ativo imobilizado da companhia. O reconhecimento do complemento da subvenção segue os mesmos critérios contábeis adotados no reconhecimento inicial da subvenção original.

No ano de 2015 foi reconhecido para o resultado o valor de R\$ 1.200 (R\$ 1.200 em 2014) como receita de investimento pelo cumprimento das metas estabelecidas para este ano.

Em 2016 foi reconhecido para o resultado o valor de R\$ 1.200 (R\$ 1.200 em 2015) como receita de investimento pelo cumprimento das metas estabelecidas para este ano.

No ano de 2017 foi reconhecido para o resultado o valor de R\$ 1.200 (R\$ 1.200 em 2016) como receita de investimento pelo cumprimento das metas estabelecidas para este ano.

25 Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia participa do programa Competitividade firmado com o Estado do Espírito Santo. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores jurídicos, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas informações contábeis intermediárias. A companhia esta acompanhando o processo de convalidação dos estados, visando a regulamentação junto ao Confaz, em cumprimento aos dispostos da lei complementar 160 de 2017.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Dimed, pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país, em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 360.000 (R\$ 325.000 em 31 de dezembro de 2016) representado por 4.109.790 ações ordinárias e 449.523 ações preferenciais, todas da mesma classe e sem valor nominal.

As ações preferenciais terão as seguintes características e vantagens: a) terão direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o dividendo atribuído a cada ação Ordinária; b) terão direito de participar em igualdade de condições com as ações Ordinárias em distribuição, pela Companhia, de ações ou quaisquer outros títulos às vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas do Capital Social; c) terão prioridade no reembolso do capital social na eventualidade de liquidação da sociedade; d) as ações Preferenciais, qualquer que seja sua forma, não terão direito de voto nas reuniões da Assembleia Geral adquirindo contudo, esse direito, se não lhes for atribuído durante 03 (três) exercícios consecutivos, o dividendo previsto no artigo 24, letra “b” do Estatuto Social da Dimed S.A.; e) as ações Preferenciais serão irredimíveis e inconvertíveis em ações Ordinárias. Cada ação Ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Foi aprovado aumento de capital, através de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2017, no montante de R\$ 35.000, mediante a incorporação da parcela da conta reserva para aumento de capital no valor de R\$ 32.706 e parcela da conta

reserva legal no valor de R\$ 2.294.

(i) Reserva de lucros

Reserva para futuro aumento de capital

É constituída com o objetivo de incrementar os investimentos em capital de giro da Dimed nos projetos de expansão, prevista no Estatuto Social da Dimed em seu artigo 24, cláusula “c”. O aproveitamento do saldo desta reserva foi aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 28 de abril de 2017.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Dividendos e juros sobre o capital próprio adicionais aos propostos

É constituído em relação ao excedente de dividendos mínimo de 25% obrigatório conforme previsão legal e aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em abril de 2017.

(iii) Ações em tesouraria

Corresponde ao entesouramento de 4.000 ações ordinárias nominativas (700 ações ordinárias nominativas em 2016), adquiridas ao custo médio de R\$ 425,16 (em unidade de reais) por ação (R\$ 189,34 em 2016). O valor das ações em tesouraria, calculado com base na data de encerramento do período, corresponde a R\$ 400,00. Os juros sobre o capital próprio não foram pagos ou creditados sobre estas ações.

(iv) Remuneração dos acionistas

Em conformidade com as disposições do Estatuto Social da Dimed, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido do exercício, considerando os ajustes previstos na legislação societária.

De acordo com a faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Dimed calculou juros sobre o capital próprio com base na taxa de juros de longo prazo - TJLP vigente no exercício, de acordo com a tabela abaixo:

Provento	Evento	Deliberação	Montante (em mil R\$)	Valor em R\$ ação		Data prevista p/pgto
				ON	PN	
Juros sobre capital próprio - 1ª parcela	RCA	10/08/2017	2.433	0,528564	0,581421	31/08/2017
Juros sobre capital próprio - 2ª parcela	RCA	10/08/2017	2.433	0,528564	0,581421	29/09/2017
Juros sobre capital próprio - 3ª parcela	RCA	10/08/2017	2.434	0,528564	0,581421	31/10/2017
Juros sobre capital próprio - 1ª parcela	RCA	22/12/2017	3.398	0,738725	0,812598	29/03/2018
Juros sobre capital próprio - 2ª parcela	RCA	22/12/2017	3.398	0,738725	0,812598	30/04/2018
Juros sobre capital próprio - 3ª parcela	RCA	22/12/2017	3.399	0,738725	0,812598	30/05/2018
Total			17.495	3,801867	4,182057	

A opção pela distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu a carga tributária da Companhia em torno de R\$ 5.948 (R\$ 5.710 em 2016), através da dedução do valor dos juros sobre o capital da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social.

O montante líquido dos juros sobre capital próprio pago ao longo do exercício de 2017, atende ao disposto nos artigos 201 e 202 da Lei 6.404/76 e art. 36 do Estatuto Social da Companhia.

O valor dos referidos juros foram imputados aos dividendos, sendo calculados como segue:

	Controladora	
	2017	2016
Lucro líquido do exercício	59.798	53.059
Reserva Legal (5%)	(2.990)	(2.653)
Reserva para incentivos fiscais	(16.726)	(1.200)
Base de cálculo dos dividendos	40.082	49.206
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	10.020	12.302
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos		
Valor bruto	17.495	16.500
Juros sobre o capital próprio em excesso ao mínimo obrigatório	(7.475)	(4.198)
Dividendos propostos	-	-
	10.020	12.302

27 Lucro por ação

a. Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

b. Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade considera que não possui efeitos de diluição de ações ordinárias ou preferenciais, pois não há opções de compra ou conversão destas ações.

2017			
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	4.109.790	449.523	4.559.313
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(4.000)	-	(4.000)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.105.790	449.523	4.555.313
% de ações em relação ao total	90,13%	9,87%	100%
Numerador			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	53.370.240	6.427.573	59.797.813
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.105.790	449.523	
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	13,00	14,30	
2016			
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	4.109.790	449.523	4.559.313
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(700)	-	(700)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.109.090	449.523	4.558.613
% de ações em relação ao total	90,14%	9,86%	100,00%
Numerador			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	47.360.035	5.699.161	53.059.196
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.109.090	449.523	
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	11,53	12,68	

As ações preferenciais recebem dividendos 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

28 Receitas

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Vendas brutas de produtos e serviços	2.368.772	2.242.319	2.395.735	2.260.023
Impostos sobre vendas	(97.953)	(94.574)	(112.315)	(105.067)
Devoluções e descontos incondicionais	(24.591)	(25.887)	(25.081)	(26.613)
Programa de fidelidade	(93)	389	(93)	389
Receita líquida	2.246.135	2.122.247	2.258.246	2.128.732

29 Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custo das mercadorias vendidas	1.717.945	1.610.765	1.704.032	1.590.301
Custo dos produtos vendidos	-	-	17.645	18.146
Custo das unidades imobiliárias vendidas	-	-	59	-
	1.717.945	1.610.765	1.721.736	1.608.447

30 Despesas e participações por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal e serviços de terceiros	274.851	238.906	276.259	240.052
Despesas com aluguéis e <i>leasing</i>	87.142	75.919	84.329	73.222
Despesas com fretes	30.562	29.786	30.876	30.081
Despesas com taxas de cartão	28.194	26.470	28.194	26.470
Despesas com publicidade	14.220	11.133	14.570	11.359
Despesas com utilidades e serviços	19.934	20.846	19.974	20.913
Despesas com depreciação e amortização	18.868	15.788	18.902	15.823
Perdas de estoque	7.138	47.750	7.263	47.864
Participação dos empregados nos lucros	4.918	8.425	5.005	8.604
Participação dos administradores	4.367	3.053	4.367	3.053
Remuneração dos Dirigentes	-	272	-	272
Despesas com manutenção	4.631	3.664	4.649	3.671
Despesas com consumo	6.702	6.421	6.797	6.547
Despesas de viagens e representações	1.896	1.923	1.916	1.938
Despesas com material de embalagens	5.101	5.429	5.101	5.429
Outras despesas com vendas	11.340	6.135	12.050	6.845
	519.864	501.920	520.252	502.143
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal e serviços de terceiros	35.901	41.845	37.792	43.939
Despesas com aluguéis e <i>leasing</i>	256	274	128	186
Despesas com publicidade	-	-	-	-
Despesas com utilidades e serviços	275	365	320	414
Despesas com depreciação e amortização	4.445	3.840	4.605	4.003
Participação dos empregados nos lucros	463	1.099	508	1.286
Despesas bancárias	1.396	1.476	1.409	1.485
Participação dos administradores	473	362	473	362
Remuneração dos dirigentes	6.579	5.325	6.607	5.367
Despesas com manutenção	3.170	2.404	3.194	2.432
Despesas com consumo	288	241	309	290
Outras despesas administrativas	2.927	2.276	3.057	2.352
	56.173	59.507	58.402	62.116

31 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ressarcimento de custos com aportes(*)	140.477	105.067	140.476	105.067
Receita verbas de campanha	1.316	1.343	1.316	1.343
Receita extraordinária	1.158	1.283	1.169	1.718
Receita com aluguéis de imóveis	127	126	127	126
Vendas de ativo imobilizado	650	137	650	137
Recuperação de créditos	3.262	3.928	3.854	4.808
Ressarcimento de diferença de caixa	162	137	162	137
Custo vendas imobilizado	(1.428)	(4.579)	(1.437)	(6.153)
Deduções s/ outras receitas operacionais	(13.250)	(10.180)	(13.250)	(10.180)
Recuperação de custos	1	38	61	38
Receita com subvenção de investimento	1.200	1.200	1.200	1.200
Recuperação de sinistro	1.679	35.177	1.679	35.177
Ganhos redução multas e encargos Lei nº 12.996	-	-	-	-
Reversão de provisões constituídas	-	-	-	-
Recuperação Sinistro Lucro Cessante	-	2.108	-	2.108
Cessão de Direito	-	-	59	35
	135.354	135.785	136.066	135.561

(*) São classificados como ressarcimento de custos com aportes os valores recebidos pelos fornecedores pela locação de espaços, verbas promocionais e despesas com propaganda e publicidade.

32 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Juros sobre ativos	1.112	1.981	1.171	3.066
Variações monetárias	-	45	25	76
Rendimento aplicações financeiras	1.374	1.861	1.469	2.347
Descontos financeiros obtidos	166	614	177	631
Impostos s/ receitas financeiras	(123)	(207)	(136)	(226)
	2.529	4.294	2.706	5.894
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	13.287	15.414	13.298	15.431
Juros sobre mútuos	1.760	2.122	-	-
Juros passivos	109	190	119	193
Encargos financiamento <i>leasing</i>	274	242	274	242
Descontos concedidos	7.719	6.959	7.962	7.405
Bonificações	150	198	178	232
Variação monetária	11	11	114	94
Outras despesas financeiras	715	1.159	738	1.172
	24.025	26.295	22.683	24.769

33 Transações com partes relacionadas

a. Saldos e transações

Os montantes das transações realizadas no ano de 2017 e 2016 pela Dimed com partes relacionadas estão sumariados a seguir:

	Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.		Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda.	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores	-	255	4.764	2.653
Partes relacionadas - mútuo	9.751	19.468	1.006	2.802

	Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.		Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda.	
	2017	2016	2017	2016
Compra de mercadorias e serviços	-	-	18.856	27.164
Receita com prestação de serviços	3.255	2.935	-	-
Despesas financeiras	1.589	2.063	170	59

As transações comerciais entre as partes relacionadas são efetuadas por valores de venda de acordo com tabela de preços disponível ao mercado e prazos médios de 30 dias. O saldo referente ao contrato de mútuo é atualizado pela variação mensal da SELIC.

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

No quadro abaixo, seguem informações da controladora sobre a remuneração dos administradores:

	Controladora	
	2017	2016
Remuneração fixa	6.579	5.597
Encargos sociais	1.847	1.567
Participação nos resultados	4.840	3.415
Total	13.266	10.579

Estes valores estão apresentados nas rubricas “Despesas com vendas e participações” e “Despesas administrativas e participações”, na demonstração do resultado e detalhados na Nota 30.

34 Ônus, garantias e responsabilidades

A Companhia possui imóveis penhorados, como forma de garantia para processos. A tabela abaixo indica a posição destas garantias em 31 de dezembro de 2017:

Matrícula nº.	Descrição do imóvel	Descrição do processo	Valor contábil aquisição (R\$ mil)	Valor contábil depreciação (R\$ mil)	Valor contábil residual (R\$ mil)
8.332	Fração de terras com área de 18.000 m² Br 101- São José - SC	Processo nº 039.96.001736-2/004 de 27/11/2008	710	-	710
58.355	Fração de terras com área de 10.000 m² em Fazenda flor do conde - Eldorado do Sul -RS	Ação Ordinaria nº 5044087-22.2015.4.04.7100/RS à favor da UNIAO - FAZENDA NACIONAL	2.178	-	2.178

A Dimed possuía em 31 de dezembro de 2017 fianças bancárias em aberto, beneficiando terceiros. Essas fianças têm basicamente dois objetivos:

Compras: alguns fornecedores exigem a emissão de fiança em seu favor como garantia para as compras efetuadas pela Dimed. É um procedimento comum no mercado.

Processos administrativos e judiciais: fianças oferecidas como garantia para processos destas naturezas.

A tabela abaixo contém a abertura das fianças em vigor em 31 de dezembro de 2017:

Nº Contrato	Fiador	Beneficiária	Vencimento	Valor R\$ mil	Finalidade
100416120047500	Banco Itaú S/A	ROCHE (Fornecedor)	12/12/2018	1.800	Compras
2.067.962-P	Banco Bradesco S/A	NOVARTIS (Fornecedor)	04/01/2019	1.960	Compras
2.043.205-5	Banco Bradesco S/A	FAZENDA PUBLICA FEDERAL	Indeterminado	850	Proc. Judicial nº 2009.71.00.035577-6
2.053.951-8	Banco Bradesco S/A	FAZENDA ESTADUAL DE SCA	Indeterminado	435	Proc. Administrativo nº 064.98.006082-0
Total				5.353	

35 Contratos de locação de imóveis de unidades em operação

Em 31 de dezembro de 2017 a Dimed possuía 396 contratos de locação para suas unidades comerciais, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais são segregados em duas categorias: fixo e variáveis. Sendo que os contratos variáveis em geral possuem um valor mínimo, cabendo a Dimed a obrigação mensal, neste caso, do pagamento do maior valor entre os dois. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Os compromissos futuros, oriundos destes contratos, em 31 de dezembro de 2017 totalizam um montante mínimo de R\$ 651.349, assim distribuídos:

Exercício	Valor Fixo	Valor variável (estimado)
Até um ano	51.498	37.291
Mais de um até cinco anos	326.285	236.275

36 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguro que são contratadas considerando a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra veículos, incêndio, responsabilidade civil, transporte de carga e aeronaves, dentre outras. Segue abaixo o LMI (Limite Máximo de Indenização) das principais apólices contratadas:

Apólices	Valores em R\$ mil
Apólice de Veículos	Tabela FIPE + Danos Materiais + Danos Corporais
Apólices de Incêndio	R\$ 299.700
Apólices de Responsabilidade Civil	R\$ 31.200
Apólice de Transporte	R\$ 1.000 por transporte
Apólice Aeronave	R\$ 8.534

37 Informações por segmento

As Informações por Segmento estão sendo apresentadas de acordo com os relatórios gerenciais utilizados pelo Conselho de Administração, Órgão responsável pela tomada de decisões estratégicas da companhia, para a gestão do negócio. Os segmentos da companhia estão divididos em Varejo, Atacado e Corporativo, que contempla todos os gastos da estrutura administrativa, bem como o resultado financeiro.

	Varejo		Atacado		Corporativo		Dimed S/A	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Operações continuadas								
Receita líquida de vendas e serviços	1.982.439	1.759.532	263.696	362.715	-	-	2.246.135	2.122.247
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(1.471.225)	(1.277.367)	(246.720)	(333.398)	-	-	(1.717.945)	(1.610.765)
Lucro bruto	511.214	482.165	16.976	29.317	-	-	528.190	511.482
Despesas com vendas	-	-	-	-	(510.579)	(490.442)	(510.579)	(490.442)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	-	-	-	135.354	135.785	135.354	135.785
Despesas administrativas	-	-	-	-	(55.237)	(58.046)	(55.237)	(58.046)
Resultado em equivalência patrimonial em controladas	-	-	-	-	6.029	5.401	6.029	5.401
Lucro operacional antes do resultado financeiro	511.214	482.165	16.976	29.317	(424.433)	(407.302)	103.757	104.180
Resultado financeiro	-	-	-	-	(21.496)	(22.001)	(21.496)	(22.001)
Receitas financeiras	-	-	-	-	2.529	4.294	2.529	4.294
Despesas financeiras	-	-	-	-	(24.025)	(26.295)	(24.025)	(26.295)
Lucro operacional antes do imposto de renda, contribuição social e participações	511.214	482.165	16.976	29.317	(445.929)	(429.303)	82.261	82.179
Participações	-	-	-	-	(10.221)	(12.939)	(10.221)	(12.939)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	511.214	482.165	16.976	29.317	(456.150)	(442.242)	72.040	69.240
Corrente	-	-	-	-	(12.332)	(14.730)	(12.332)	(14.730)
Diferido	-	-	-	-	90	(1.451)	90	(1.451)
Lucro líquido do exercício	511.214	482.165	16.976	29.317	(468.392)	(458.423)	59.798	53.059